



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social

O PAPEL DA BRANQUITUDE E O ANTIRRACISMO NO SERVIÇO SOCIAL

ISABELLA MARTINS COTTING¹

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo refletir e questionar o papel da branquitude e do antirracismo. A questão racial é intrínseca a sociedade capitalista, por isso, é necessário que a luta de classes seja indissociável a luta contra a opressão racial e de gênero. O papel da branquitude questionar e refletir sobre o seu papel nessa opressão e na luta antirracista.

Palavras-chaves: branquitude, antirracismo, racismo estrutural, Serviço Social.

ABSTRACT:

This work aims to reflect and question the role of whiteness and anti-racism. The racial issue is intrinsic to capitalist society, therefore, it is necessary for the class struggle to be inseparable from the fight against racial and gender oppression. The role of whiteness questions and reflects on its role in this oppression and in the anti-racist struggle.

Keywords: whiteness, anti-racism, structural racism, Social Work.

1. INTRODUÇÃO

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. (FREIRE, 1987, p. 78).

O presente trabalho busca trazer à tona questões que surgiram diante do campo de estágio na Graduação de Serviço Social que cunhou no Trabalho de Conclusão de Curso e no

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

projeto de pesquisa agora no Mestrado em Serviço Social. Ao adentrar no campo de estágio, antes no Consultório na Rua e, depois, no Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF) - equipe Centro, ambas pertencentes a Secretaria de Saúde de Santos, essa realidade me fez questionar sobre como se deu a minha inserção no território dos bairros do Centro, Vila Nova e Vila Mathias, e o quanto esse território é segregado de outras partes da cidade.

A região central de Santos ainda tem resquícios contundentes do período da abolição da escravidão, pessoas, em suma maioria negras, vivendo em cortiços, pagando aluguéis altos em moradias insalubres e trabalhos precários, apenas sobrevivendo. Olhar a realidade e me questionar sobre o porque pessoas pretas continuam morando e sendo segregadas da sociedade foi o que me mobilizou para fazer esta pesquisa histórica na graduação.

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também reparar essa dignidade despedaçada. (ADICHIE, 2019, p. 32).

De modo geral, com a abolição da escravidão no Brasil houve uma exclusão das pessoas negras. Isso ocasionou, também, uma segregação sócio-espacial em todo o território brasileiro, fazendo com que essas pessoas, expulsas das terras e das casas em que trabalhavam forçosamente, fossem residir em moradias precárias, sendo uma delas os cortiços e, posteriormente, ocupando os morros.

A liberdade para essas pessoas foi apenas algo feito em papel. Não tiveram nenhuma política de inserção ao mundo do trabalho, acesso a moradia, alimentação e outras políticas sociais importantes para a sua sobrevivência. O que ocorreu foi totalmente ao contrário, não tiveram nem o direito de serem trabalhadoras e trabalhadores formais, com trabalho regularizado, continuaram com trabalhos precarizados, subalternizados e servis.

A segregação racial materializa-se com o fim da escravidão, que faz da pessoa negra, a suspeita preferencial, eliminando áreas que ocupava, como os cortiços, sob a justificativa das epidemias que se multiplicariam nesses espaços, ocultando que tais epidemias estavam relacionadas as condições precárias de moradia e de trabalho. A alternativa era a higienização dos locais, retirando essa população de locais de convívio. Portanto, no Brasil a questão social também é intrínseca à questão racial que impossibilitou as pessoas negras a se tornarem a classe trabalhadora neste momento de transição para o trabalho livre (GONÇALVES, 2018). E até hoje é uma realidade presente:

[...] Periferias, vielas, cortiços/ Você deve tá pensando / O que você tem a ver com isso?/ Desde o início, por ouro e prata/ Olha quem morre, então/ Veja você quem mata/ Recebe o mérito a farda que pratica o mal/ Me ver pobre, preso ou morto já é cultural/ Histórias, registros e escritos/ Não é conto nem fábula, lenda ou mito [...] (NEGRO Drama. Intérprete: Racionais MC's. Compositores: Edy Rock e Mano Brown. In: NADA como um dia após o outro dia, Vol 1 & 2. São Paulo: Unimar Music, 2002).

Faz parte do cotidiano profissional da/do Assistente Social ser um/a pesquisador/a para entender como ocorrem os desdobramentos da questão social. E, também, deve ser uma premissa do/a pesquisador/a trabalhar com um objeto que incomoda, que traz inquietações para sua vida prática, buscar uma resposta para os conflitos do presente, e com o embasamento do método, para tentar alcançar os objetivos, no caso, encontrar a essência, aquilo do objeto que estava ignorado (MINAYO, 1994).

Dessa forma, trago a reflexão sobre a branquitude e o antirracismo como uma forma de adentrar as nossas pesquisas e o nosso cotidiano profissional. Assim, é importante refletir e dialogar sobre o racismo que é estrutural e estruturante da nossa sociedade. É relevante que pessoas brancas reflitam sobre essas questões e seus privilégios enquanto branquitude.

A herança deixada pela escravização das pessoas negras e seus impactos negativos até hoje, é importante ser questionada. Porém, como informa Cida Bento (BENTO, 2022), pouco se fala dos privilégios que as pessoas brancas ainda possuem simplesmente por serem brancos.

2. A BRANQUITUDE E O ANTIRRACISMO

Inicialmente, é importante a explicação sobre racismo institucional e estrutural. Segundo Silvio Almeida, o racismo não é meramente um comportamento individual, advém do resultado do funcionamento das instituições que passam a atuar, mesmo que indiretamente, com desvantagens e privilégios, normalizando algumas normas e padrões que norteiam as ações dos indivíduos (ALMEIDA, 2019).

Então, o racismo é dominação, trazendo à tona o poder como elemento central da relação racial, impondo padrões e condutas que são tidas como “normais” e faz com que um certo grupo (as pessoas brancas) sejam vistas como o padrão civilizatório da nossa sociedade, mesmo que indiretamente. Porém, as instituições apenas são a materialização de uma estrutura social que tem o racismo como parte dela.

Ou seja, as instituições agem de forma racista porque a sociedade assim o faz e apenas reproduzem isso. Essa estrutura social é concebida por conflitos de classe, gênero e raça. O

racismo existe devido a própria estrutura social que em regra é uma sociedade racista que influencia os comportamentos individuais e as instituições (ALMEIDA, 2019).

Nesse caso, além das medidas que coíbam o racismo individual e institucional, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade (ALMEIDA, 2019, p. 41).

As instituições privadas ou públicas de nossa sociedade tem formas de se organizarem conforme suas condutas, funcionamento e normas. Contudo, essa uniformidade se dá também pelo perfil de seus/suas trabalhadores/as: são majoritariamente homens brancos.

Mesmo que seja uma instituição que pregue a diversidade, essa diversidade não está presente nos cargos de liderança. Essa forma de se organizar hierarquicamente perpassa gerações, é um pacto de cumplicidade entre pessoas brancas que não é verbalizado, mantendo os privilégios entre os mesmos. Há competição, mas apenas entre iguais. É isso que Cida Bento denomina como o Pacto da Branquitude (BENTO, 2022).

A branquitude se dá pelo simples fato de “ser branco”, a pessoa branca ocupa determinadas posições e lugares sociais a partir do fenótipo, funcionando como um “passe” que acessa lugares diferenciados da população negra, e que, mesmo sendo pessoas negras, quanto mais traços tiverem de pessoas brancas podem ser mais “aceitas” (EURICO, 2018). A branquitude cria um padrão de hierarquização dos grupos étnico-raciais que é funcional para o capitalismo.

Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico de auto preservação, como se o "diferente" ameaçasse o "normal", o "universal", esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele:

É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco horas da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenção dos privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas. (BENTO, 2022, p. 18).

Sabemos que a população negra é a maioria entre pobres e desempregados no Brasil, mesmo identificando que há brancos nessa situação. Porém, nos cargos mais altos, nas universidades a maioria são os brancos e é esse ponto que deve ser norteador para os nossos questionamentos, que vem de um passado escravocrata que se perpétua nas instituições e na história, não mais pela escravização, mas pelas relações sociais entre pessoas brancas e pessoas negras, sendo a supremacia branca fundada na branquitude, um grupo que acaba dominando um ao outro.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Segundo o estudo publicado pelo Movimento Pessoas à Frente que analisa a liderança no serviço público, registra-se a sub-representação feminina nos cargos de liderança, sendo que apenas 42% dos cargos são ocupados por mulheres e quando se trata de ocupações de natureza especial, como secretárias executivas, secretárias e subchefias, apenas 27% são mulheres. A subrepresentação das mulheres negras é ainda mais significativa, sendo apenas 15% das servidoras públicas em cargos de liderança. E os homens negros são apenas 22% dos líderes (Movimento Pessoas à Frente, 2024).

Conforme a maior importância e remuneração dos cargos cai a porcentagem para as mulheres negras e homens negros, sendo que 11% das mulheres negras de média liderança e enquanto homens negros são 15%, sendo que nesses mesmos espaços chega a 46% de homens brancos e 26% de mulheres brancas. As funções de natureza especial tem apenas 8% de mulheres negras, enquanto 17% são de mulheres brancas e 63% de homens brancos (Movimento Pessoas à Frente, 2024).

Um grupo tem privilégios e outro tem péssimas condições de vida, até o mesmo de morte. E por isso é importante debater esse tema, tirando esse olhar aos racializados, que se constrói a noção de raça através de normalizar e universalizar uma cor: a cor branca (BENTO, 2022).

É importante relembrar a fala do Ministro da Economia, Paulo Guedes, em 2020:

“Não tem negócio de câmbio a R\$ 1,80. Vamos exportar menos, substituição de importações, turismo, todo mundo indo para a Disneylândia, empregada doméstica indo para Disneylândia, uma festa danada. Pera aí, pera aí. Vai passear ali em Foz do Iguaçu, vai passear ali no Nordeste, está cheio de praia bonita. Vai para Cachoeiro do Itapemirim, vai conhecer onde o Roberto Carlos nasceu, vai passear o Brasil, vai conhecer o Brasil. Entendeu? Está cheio de coisa bonita para ver.” (RODRIGUES, Poder 360, 2020).

Essa fala diz respeito sobre lugares que pertencem a branquitude e às classes mais altas. Assim, é importante nos atentarmos que a maioria das empregadas domésticas são mulheres negras. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 65% do emprego doméstico é ocupado por mulheres negras. Ou seja, essa branquitude que é elitista, racista e misógina, dita as regras de quem deve estar em certos lugares e não aceitam dividir esses espaços.

[...] A felicidade do branco é plena/ A pé, trilha em brasa e barranco, que pena/ Se até pra sonhar tem entrave/ A felicidade do branco é plena/ A felicidade do preto é quase/ Olhei no espelho, Ícaro me encarou:/ "Cuidado, não voa tão perto do sol/ Eles num guenta te ver livre, imagina te ver rei [...]" (ISMÁLIA. Intérpretes: Emicida, Larissa Luz e Fernanda

Montenegro. Compositores: Emicida, Vinicius Leonard Moreira, Renan Samam. In: AMARELO. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019).

Não há a consideração da história e como se deram as relações sociais. E toda vez que é falado sobre a presença da escravização na nossa sociedade sempre é tratado sobre os impactos que isso teve para a população negra, e nunca é citado os impactos positivos que teve para a população branca (BENTO, 2022).

Aprender as múltiplas determinações das relações étnico-raciais requer tomar como ponto de partida os impactos do silenciamento acerca dos privilégios do grupo branco, sustentado pela via do branqueamento e da construção social da branquitude nas produções acadêmicas acerca da população negra, no contexto da sociedade brasileira. (EURICO, 2020, p.73).

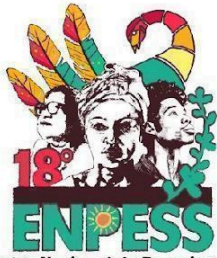
Porém, hoje em dia, com o avanço mesmo que mínimo diante de tanta cobrança dos movimentos sociais, sobretudo o movimento negro organizado, através de vagas afirmativas estamos mudando gerações. As pessoas negras estão adentrando as universidades, concursos públicos. Porém, o que ainda é questionável são os cargos de liderança.

Não há como justificar esse fato apenas pela meritocracia que temos pessoas negras altamente competentes para ocuparem cargos. Só que há ainda uma dificuldade de aceitar que certos corpos acessem lugares que até então eram inacessíveis a essas pessoas. As pessoas negras ainda carregam uma herança de discriminação e exclusão perpetuada na nossa sociedade racionalizada.

É preciso questionar e quebrar o silêncio que existe sobre essa temática. É justificado que pessoas brancas estão em locais de poder pelo seu mérito e que pessoas negras não ocupam pelo simples despreparo. Pautado na meritocracia esse discurso é perpetuado, e justifica as desigualdades sociais que acabam beneficiando uma pequena parcela da população e que passa de geração em geração.

Segundo Cida Bento, nós, pessoas brancas, precisamos nos reconhecer como parte desse grupo que expropriou outros grupos e continua expropriado por conta da perpetuação dessa dominação de um grupo sobre o outro (BENTO, 2022). Colocar-nos no lugar de “merecedores”, além de ser uma inverdade, porque como apontado aqui houve muita luta da população negra, através de várias formas.

Com a sociedade capitalista há a igualdade jurídica entre o processo de produção e os proletários, que irão vender a força de trabalho, são “livres”. A questão social surge nesse processo. Porém, é importante mencionar que a população negra teve vários obstáculos, não só atrelados a sociedade de classe, mas também a raça. Mesmo sendo “livres” não tinham acesso



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ao trabalho formal, não tinham como subsistir, e assim, destinados a morrer ou sendo mão de obra barata, a reserva da reserva. Dessa forma, passam a ser os sujeitos que foram prioridade para as ações de caridade (GONÇALVES, 2018).

Assim, o Serviço Social nasce aliado a classe dominante, ligada a caridade e ao assistencialismo e com seus princípios vinculados ao que a classe dominante esperava. A questão social passa a ser uma questão de ordem moral. As/os assistentes sociais passam a ser trabalhadoras/es, influenciando ideológica e politicamente a classe trabalhadora, sendo um dos agentes para manutenção da ordem social. Porém, existiam e permanecem existindo uma parcela da população que não pôde nem ser considerada classe trabalhadora pela sociedade burguesa, sendo que estas sempre assim o foram.

Cabe salientar sobre a dificuldade, ainda, da profissão, que traz resquícios do conservadorismo e do racismo velado presentes em sua formação, de compreender sobre a questão racial e sua importante relação para a manutenção da sociedade burguesa.

O sistema escravista foi benéfico para o modo de produção capitalista. Por isso não há como resolver a questão racial apenas pela luta de classes. E é por isso que nossa classe trabalhadora é fragmentada, pois são esses corpos que não foram aceitos para o labor e considerados classes perigosas. Por isso, “a luta contra a opressão racial é indissociável da luta de classes e, ao mesmo tempo, esta não pode triunfar sem aquela” (GONÇALVES, 2018, p. 520).

Devido a influência do Serviço Social norte-americano, o Serviço Social no Brasil utilizava o Método do Serviço Social de Caso, que previa o estudo social de caso, diagnóstico e tratamento, com uma orientação positivista. Ou seja, para se ter acesso a certos serviços haveria um julgamento moral dos/as assistentes sociais sobre a personalidade, modo de vida dos/as indivíduos/as, numa perspectiva de inadequação ao considerado padrão social, do que as condições objetivas de vida de cada um/a. Analisando atualmente, com a ascensão do neoliberalismo há a reatualização desse modelo, com os serviços pensando a partir da ideia de mérito e seletividade, despolitizando a questão social (MIOTO, 2009).

A partir de 1980, ocorre a ascensão dos movimentos negros, reivindicando direitos, falando sobre racismo e adentrando a espaços para que essa discussão ocorresse (EURICO, 2018). O Serviço Social na mesma época também passa por uma readequação da forma de constituir-se enquanto profissão firmando seu compromisso com a classe trabalhadora e se entendendo como tal. O debate étnico-racial incide na profissão, e isso se dá pelo fato, principalmente, da inserção de mulheres negras e militantes na profissão.

A partir disso ocorre uma reflexão para repensar as referências teóricas e ampliar esse debate, compreendendo os desdobramentos do racismo institucional na prática profissional, como por exemplo, o Código de Ética Profissional da/do Assistente Social, aprovado em 1993, que prevê pela primeira vez a questão da não discriminação (EURICO, 2018).

O Código de Ética de 1993 tem como compromisso ético-político a emancipação da classe trabalhadora, considerada uma de suas pautas universais. Porém, é preciso analisar suas particularidades, as questões de raça, gênero, identidade de gênero e orientação sexual precisam estar atrelada à luta de classes, pois demonstram a desigualdade maior nesses grupos e nas suas interseções (EURICO, 2018).

Isso se dá pela integração da teoria marxista e o Serviço Social, aproximando a categoria como classe trabalhadora e se percebendo enquanto também classe trabalhadora. A partir disso, legitima os direitos como um caminho a fim de concretizar a cidadania, que se dá por meio das políticas sociais e os indivíduos passam a ser sujeitos de direitos. E é dever do Estado garanti-las (MIOTO, 2009).

Contudo, é importante trazer à tona a relação inerente entre questão étnico-racial e a questão social, a partir da teoria marxista, sendo essa ação não apenas uma tarefa das/os assistentes sociais negras/os, e sim um compromisso profissional de todas/os assistentes sociais (EURICO, 2018).

Não há como intervir nessa realidade sem desvendar o que de fato nos está sendo revelado, e o que está velado é preciso trazer à tona. As/os assistentes sociais que estão atuando nas diversas políticas públicas, na contradição da reprodução das relações sociais. É preciso atentar-se que para o modo de produção capitalista é importante manter níveis de desigualdade, é funcional para o capitalismo.

Deste modo, o racismo institucional permanece como uma ferramenta eficaz para tal, reproduzindo e internalizando de maneira automática e natural o racismo, se expressando pelo acesso às políticas públicas, tais como escola, mercado de trabalho, saúde, etc (EURICO, 2018).

No momento atual que estamos vivendo sob a ótica do trabalho informal, ao analisarmos quem são as pessoas que estão sob essas condições de desproteção e precarização é a população negra, e com o trabalho doméstico reservado “naturalmente” para as mulheres negras, vestígios da escravidão que permanecem ditando os “lugares” próprios das pessoas pretas.

Acontece que certos grupos ou segmentos em algumas sociedades se situam interiorizados cumulativamente por uma determinada marca discriminatória e pela situação de

inferioridade socioeconômica que os diferencia perante a sociedade global de acordo com os seus padrões de superioridade. É o caso do negro brasileiro. (MOURA, 1988, p. 117).

É preciso analisar que o racismo estrutural atinge a população negra desde sua infância, através da perpetuação da segregação e da negligência do Estado, por exemplo, através dos altos índices de mortalidade de mulheres e seus filhos/as, operações policiais violentas nas áreas periféricas, com o genocídio autorizado, sem acesso as condições mínimas de sobrevivência através de políticas públicas, como moradia, saneamento básico, acesso a educação, etc (EURICO, 2020).

3. CONCLUSÃO

Esse estudo tem como finalidade compreender o papel da branquitude no antirracismo. Fazer com que as pessoas negras recebam o status de “grupo perdedor” é uma inverdade, além de culpabilizar essa população por uma expropriação e exclusão criada por nós, pessoas brancas. É por esse fato que não podemos justificar as políticas afirmativas como protecionistas. Reconhecer-nos como parte essencial das desigualdades raciais é associar a nossa história ao racismo (BENTO, 2022).

É dessa forma que o debate sobre desigualdades se encontra cada vez mais visível, gerando indignação em segmentos que não se manifestaram, como os brancos antirracistas e que perguntam: O que podemos fazer para destruir esse sistema tão desigual e perverso? Qual é o nosso lugar de brancos e brancas antirracistas? (BENTO, 2022, p. 122).

Nós, pessoas brancas, pouco refletimos sobre a nossa racialidade, sobre a identidade branca, compreendemos que temos privilégios. Por mais que sejamos classe trabalhadora, não é tudo exclusivo do nosso esforço: o simples fato de sermos pessoas brancas nos fez acessar lugares que são negados até hoje a pessoas negras.

Para a luta antirracista é preciso que nós pessoas brancas possamos trazer esse debate, romper com a branquitude, problematizando-a e questionando o nosso papel nessa hierarquização através da raça.

... Se o racismo é um sistema de dominação construído e operado por brancos, discutir a branquitude é um caminho para a construção da consciência crítica necessária à sua superação. (ALVES, 2022, p. 128).

O racismo é sim um problema de nós pessoas brancas, e precisamos desmistificar a idealização da branquitude, trazer a tona que não existe superioridade branca, escancarando os privilégios que nos cercam e para que nós estejamos de fato no centro do debate sobre racismo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

(ALVES, 2022). Estudando, pesquisando, questionando sobre o racismo e esses privilégios que moldaram a nossa sociedade.

Por este fato é importante atentarmos às questões de raça, gênero, orientação sexual, classe, sejam nos atendimentos, ou para a produção de documentos, a fim de exibirem quem de fato está acessando os serviços em que estamos e as demais políticas públicas, com o objetivo de construção de dados para pensarmos as intervenções e ações, e também desempenhar um trabalho com as equipes a fim de coibir práticas racistas. Conforme descrito pela Marcia Eurico:

Embora pareça óbvio, faz-se necessário pontuar que os sujeitos que acessam as políticas compõem-se de múltiplas dimensões: pertencimento étnico-racial, sexo, idade, identidade de gênero, orientação sexual e classe social. Dimensões essenciais e interdependentes, as quais, compreendidas em sua totalidade, ampliam as possibilidades de um fazer profissional pautado na ética e no respeito aos direitos humanos. O combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação étnico-racial exige, na mesma medida, o combate à sociedade de classes, à desigualdade de gênero, bem como o respeito à diversidade sexual, entre outras garantias individuais cotidianamente violadas. O debate está posto e cabe às(aos) profissionais se engajarem na luta contra todas as formas de exploração/opressão, caminho indispensável rumo à efetivação do projeto ético-político profissional do Serviço Social, explicitado no Código de Ética de 1993. (EURICO, 2018, p. 528).

Lélia Gonzalez nos trouxe à tona a questão da mulher latino-americana, como uma generalidade que é ocultada na realidade das mulheres negras no nosso país, que pagam um preço ainda maior por não serem brancas (GONZALEZ, 2020). É preciso que nossa luta pela emancipação de classe seja aliada a luta dos movimentos feministas e negros, e assim, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Thereza Santos, Cida Bento, Luiza Bairros e tantas mulheres negras lutaram para que esse feminismo seja enegrecido. É papel nosso sermos aliadas/os/es nessa luta.

4. REFERÊNCIAS

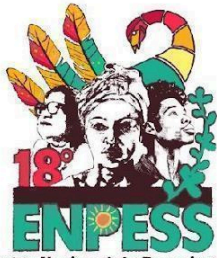
ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

ALVES, Luciana. Afinal o que é branquitude?. In: EURICO, Márcia Campos; SILVA, Maria Liduína de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia; GONÇALVES, Renata. Antirracismos e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2022.

BENTO, Cida. O pacto da branquitude, 1 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

EURICO, Marcia Campos. EM PAUTA, Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - 1o Semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 69 - 83.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

EURICO, Marcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 133, p. 515-529, set./dez. 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*, 1978. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. *R. Katál*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p514/37966>. Acesso em: 15 ag. 2024.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização Flávia Rios e Márcia Lima. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Movimento Pessoas à Frente, 2024. *Desigualdade de Gênero em Cargos de liderança no Executivo Federal*. Disponível: <https://movimentopessoasafrente.org.br/mulheres-ocupam-38-dos-cargos-de-alta-lideranca-no-executivo-federal-mostra-estudo-do-movimento-pessoas-a-frente/>. Acesso em 10 ag. 2024.

ISMÁLIA. Intérpretes: Emicida, Larissa Luz e Fernanda Montenegro. Compositores: Emicida, Vinicius Leonard Moreira, Renan Samam. In: *AMARELO*. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/emicida/ismalia-part-larissa-luz-fernanda-montenegro.html>. Acesso em 12 ag. 2024.

MIOTO, Regina. *Estudos Socioeconômicos*. In CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8B11wB4614LYr7zq15a4.pdf>. Acesso em 12 abr. 2023.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

NEGRO Drama. Intérprete: Racionais MC's. Compositores: Edy Rocky e Mano Brown. In: *NADA como um dia após o outro dia, Vol 1 & 2*. São Paulo: Unimar Music, 2002. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/racionais-mcs/63398/>. Acesso em 10 ag. 2024.

RODRIGUES, Douglas. Paulo Guedes critica dólar baixo: 'empregada doméstica ia para a Disney'. *Poder 360*. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-economia/economia/com-dolar-baixo-empregada-domestica-ia-para-a-disney-diz-guedes/>. Acesso em 13 ag. 2024.